



PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191

A C Ó R D ã O  
3ª Turma  
GMAAB/gfn/CRP/lr/cl

**RECURSO DE REVISTA. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. EXECUTIVA DE VENDAS DA AVON.** A presente hipótese refere-se à questão relativa à existência de vínculo de emprego entre executiva de vendas e a empresa AVON. No caso dos autos, a Corte Regional, com base nas provas dos autos, expressamente ressalva a não ocorrência de subordinação jurídica à hipótese, frisando: "*Destarte, o conjunto probatório, em especial a instrução processual, valida o conteúdo material do contrato comercial que a Reclamante firmou com a empresa e a natureza autônoma da prestação de serviços, pois a Autora não só agia com total liberdade, sendo senhora de si mesmo e de sua própria agenda, como também, assumia os riscos da sua atividade empreendedora, eis que deixaria de receber caso suas revendedoras deixassem de vender.*" (fl. 688). Diante de tal conclusão, para se chegar a entendimento contrário necessário seria o reexame de fatos e provas, procedimento defeso neste momento processual, de acordo com a Súmula nº 126 desta Corte. Assim, partindo desse prisma (*ausência de subordinação jurídica e assunção dos riscos de sua atividade*), não se justifica a denúncia de violação dos artigos 2º e 3º da CLT. Precedentes. **Recurso de revista não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191**, em que é Recorrente **DERLIANE OLINDO DOS SANTOS** e Recorrida **AVON COSMÉTICOS LTDA.**

Trata-se de recurso de revista interposto pela autora, em face da decisão regional que deu provimento ao recurso ordinário da empresa para reformar a sentença e julgar totalmente improcedentes os pedidos que foram vindicados na inicial.



**PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191**

Sustenta, em síntese, que a decisão regional afronta dispositivos de lei e diverge dos arestos que colaciona.

O recurso foi admitido pelo r. despacho às fls. 747/753, por possível divergência jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões.

Não há parecer do Ministério Público do Trabalho.

É o relatório.

**V O T O**

**1 - CONHECIMENTO**

O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e ostenta preparo regular, pelo que passo à análise dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade.

**1.1 - RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO - EXECUTIVA DE VENDAS DA AVON - AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO**

O Tribunal Regional assim decidiu:

**A Autora afirma que foi admitida na função de “executiva de vendas” em 16/05/2007, sem anotação da CTPS, recebendo como remuneração as comissões sobre suas vendas, bem com as comissões das revendedoras cadastradas.**

Assevera que em fevereiro de 2012, em face do não cumprimento das metas impostas, foi “descadastrada do programa executiva de vendas”.

A Ré, por sua vez, propaga a ausência de vínculo de emprego, ao fundamento de que a Autora agia de forma totalmente autônoma, num sistema de venda direta.

Mesmo sem entranhar-se nas provas, é possível, de plano, constatar-se que a pretensão posta na inicial é um engano, seja porque as revendedoras dos cosméticos da AVON, pelo país afora, nunca foram suas empregadas, seja porque a própria narração permite extrair a natureza comercial da



PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191

relação jurídica, pois **a própria Autora recrutava novas revendedoras e recebia comissões sobre o que estas mulheres vendiam (fls. 02/03).**

É fato público e notório que as vendedoras de porta a porta de produtos cosméticos, como AVON, NATURA, RACCO etc., não trabalham de forma subordinada. Sendo também, que quem adquire esses produtos tem o conhecimento de que a cadeia em que o trabalho se desenvolve se dá do seguinte modo: a revendedora se cadastra na área comercial destas indústrias, recebe as campanhas através das respectivas revistas, divulgam-nas para os seus clientes, recebem os pedidos e, ato contínuo, adquire mediante compra os produtos que lhe foram encomendados pelos clientes, recebendo percentual sobre os preços divulgados na revista e o preço cobrado pela indústria. Evidentemente que se a compra for feita e o produto não for vendido, ou se cliente desistir do pedido, ou deixar de pagar pelo pedido feito, o risco é inteiramente da revendedora, pois a aquisição na indústria é feita por ela.

**Ressalto que nesta cadeia existe uma multiplicação, pois, quando a revendedora assume a posição de executiva de venda, ela pode arregimentar outras pessoas, cadastradas por indicação dela, que se encarregam de repetir o negócio, ou seja, divulgar as campanhas entregando as revistas porta a porta e realizar a compra perante a indústria, o que proporciona à primeira a percepção de comissões sobre as compras que estas, digamos, “formiguinhas”, fazem.**

**Trata-se, pois, de uma intermediação que interessa sobremaneira a este líder, pois, em última análise, poderá simplesmente deixar de revender diretamente aos seus clientes e ficar apenas lucrando com o trabalho dos múltiplos revendedores que arregimenta.**

E foi exatamente dentro de todo esse contexto comercial que a Autora fantasiou a relação de emprego, dizendo que tinha “metas”, que “supervisionava” e “apoiava” uma equipe de revendedoras.

**Ora, se supostamente tinha metas é porque a si interessava e se arregimentava novas revendedoras, se as coordenava e as treinava, como dito na inicial, é porque lucrava com o trabalho delas.**

Isso confirma **a cadeia que mencionei, como também revela que a relação mantida era de natureza autônoma e meramente comercial e**



PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191

**que se aperfeiçoou exatamente nos moldes previstos no contrato comercial de adesão de fls. 225/227.**

No tocante à forma de pagamento prevista nos itens 1.1 e 3.3 do referido contrato (fls. 225/227), observa-se que a comerciante é revendedora autônoma “que auferir lucros pela diferença de preço entre a aquisição de mercadorias da distribuidora atacadista Avon e o preço da venda às suas clientes”, bem como “que receberá comissão sobre o valor líquido das compras efetuadas pela revendedora indicada”.

Quanto à prova oral, **ao contrário do entendimento do juízo a quo, que reconheceu a existência de vínculo empregatício entre as partes, me convenci que os depoimentos prestados nos autos rebatem a pretensão da Reclamante**, senão vejamos: A preposta da Reclamada informou o seguinte:

“5) a autora não tinha horário de trabalho; ... 6) **a reclamante recebia comissões em caso de alcançar os objetivos constantes do contrato** ... 15) a cada campanha são realizadas reuniões com as revendedoras, sendo que as executivas autônomas são convidadas a participar.” (grifo nosso) – fl. 173.

Nesse mesmo sentido, tem-se o depoimento da testemunha da Reclamante é nos seguintes termos:

5) que as revendedoras são cadastradas para fazer vendas através de revistas dos produtos da Avon (ré); ... 6) que a executiva de vendas tem a função de fazer cadastro de novas revendedoras ... ; ... 7) que cada executiva de vendas tem uma equipe de revendedoras; ... 14) que as executivas de vendas são responsáveis pela organização da equipe de vendas; ... 16) **que sabia do horário da reclamante, não fisicamente, mas sim através de seus relatórios que eram enviados via internet**; 17 não havia controle absoluto do horário de trabalho da reclamante; ... 33) que a depoente usava o carro da ré; ... 34) que a executiva de renda utilizava-se do seu próprio veículo.” – fl. 173/174.

Já a testemunha da Reclamada também confirma a total autonomia no exercício da função, a saber:

“4) o horário quem faz é a própria executiva da forma que entender melhor; ... 10) as reuniões não são de participação obrigatória, sendo que as executivas vão para ter mais contato com a revendedoras, ... 12) não trabalhava sábados, domingos e feriados, não sabendo quanto a autora, reafirmando que a própria



PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191

executiva faz o seu horário; 13) após a pergunta da advogada da ré, a depoente informou que, na realidade, a gerente de vendas passava orientações de como atender as revendedoras; ... 15) era a gerente do setor quem cuidava da troca de mercadorias com eventuais defeitos; ... 18) a reclamante tinha benefícios em caso de indicação de novas revendedoras; 19) as executivas e revendedoras têm liberdade para vender o produto a quem quiser, inclusive vender produtos de outras marcas, ... 22) não há fiscalização de horários das executivas; 23) as executivas podiam contar com a ajuda de parentes e amigos para efetuar seu trabalho; 24) são as executivas que fazem a capacitação das revendedoras, ... 31) reunião de alinhamento é realizada para prestar a devida orientação às executivas, mas a participação não era obrigatória.” - fl. 174/175.

Com efeito, pretender atribuir feição subordinativa à participação em reuniões para lançamento de produtos e à motivação de vendedoras que trabalham em seu próprio benefício é tentar fazer do redondo quadrado, pois o mínimo que se exige de um parceiro comercial é que ele venda o mínimo estabelecido e que tenha contato com o fabricante e conhecimento dos novos produtos que a indústria lança, não sendo o mero fato de este contato se dar em reuniões que transmutará a relação comercial em relação empregatícia.

**Destarte, o conjunto probatório, em especial a instrução processual valida o conteúdo material do contrato comercial que a Reclamante firmou com a empresa e a natureza autônoma da prestação de serviços, pois a Autora não só agia com total liberdade, sendo senhora de si mesmo e de sua própria agenda, como também, assumia os riscos da sua atividade empreendedora, eis que deixaria de receber caso suas revendedoras deixassem de vender.**

Anoto, ainda que pareça desnecessário, que a relação de emprego de que cogita o art. 3º da CLT necessita, para ser caracterizada, que o trabalhador exerça sua atividade, sujeitando-se às ordens, diretrizes e disciplina do empregador.

Estamos falando da subordinação, ponto de distinção entre o trabalho autônomo e o contrato de emprego, cuja natureza exige intercâmbio de condutas, porque se consuma por pessoas que compõem um quadro geral de ordem e de segurança no processo da produção de bens ou de serviços. Por isto, exige a intervenção do poder jurídico do tomador na conduta do



**PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191**

prestador em função da direta e exclusiva da manutenção e da adequação da atividade despendida por este, em prol do empreendimento.

E isto obviamente não aconteceu no presente caso, pois o trabalho da Autora foi desenvolvido de forma absolutamente autônoma.

Na verdade, verifica-se que a Autora não estava submetida a atos de ingerência praticados pela Recorrente, tanto no aspecto concernente à jornada de trabalho, que era disposta livremente pela Reclamante, quanto ao modo como ela a vendia os produtos ou geria as revendedoras reunidas em sua equipe, não ficando demonstrada, assim, a presença de todos os elementos necessários à configuração da relação de emprego.

Acresça-se a isso, o fato de que a Reclamante poderia ser ajudada por terceiros, amigos e parentes, no exercício da função de executiva de vendas.

Registro, por fim, que 2ª Turma, ao decidir o RO 0115500-80.2012.5.17.0007 (DJET 25/7/2013), da Relatoria da Desembargadora Wanda Lúcia Costa Leite França Decuzzi, chegou a esta mesma conclusão, ou seja, de inexistência de vínculo empregatício entre a Autora, executiva de vendas, e a empresa Avon, conforme se percebe da ementa a seguir transcrita, a saber:

“EMENTA: EXECUTIVA DE VENDAS DE PRODUTOS COSMÉTICOS DA AVON. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA. VÍNCULO DE EMPREGO INEXISTENTE. ART. 3º DA CLT. Revelando a instrução processual que a autora, na condição de executiva de vendas de produtos cosméticos da Avon, desenvolvia suas atividades de forma autônoma, sem subordinação, no modo e horários que melhor atendessem a seus interesses, não há vínculo de emprego a ser reconhecido por esta Justiça Especializada, nos termos do artigo 3º da CLT.”

Por todo o exposto, **dou provimento ao recurso, para reformar a sentença e julgar totalmente improcedente os pedidos que foram vindicados na inicial.**

Por corolário, prejudicada a análise dos demais tópicos do recurso da Reclamada. (Fls. 686/689)

Nas razões do recurso de revista, a autora sustenta que resta claro que há contradição entre o Contrato de Comercialização e o Manual de Negócio do Programa Executiva de Vendas, uma vez que o



**PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191**

referido Manual demonstra que há subordinação jurídica entre a Executiva de vendas e a AVON, e que esta exigia vários requisitos para que a autora permanecesse no referido programa.

Argumenta que possui subordinação, pois sua principal obrigação era captar novas revendedoras para Avon; dar treinamento às novas revendedoras; prestar todo atendimento, resolvendo os problemas com os pedidos das revendedoras; realizar cobranças, tanto da Avon, como das gerentes de setor; participar de Reuniões; bater metas de cadastramento; caso não enviasse pedidos pessoais e se as revendedoras não enviassem pedidos, não receberiam comissão, pois sobre as suas vendas (pedidos pessoais) não recebe comissões. Diz que foi comprovada a existência dos elementos fático-jurídicos constantes nos artigos 2º e 3º da CLT, devendo ser reformado o acórdão regional e restabelecida a r. sentença de piso, para impor o reconhecimento do vínculo de emprego entre as partes. Aponta violação dos artigos 2º e 3º da CLT e divergência jurisprudencial.

Ao exame.

A presente hipótese refere-se à questão relativa à existência de vínculo de emprego entre a executiva de vendas e a empresa AVON.

No caso dos autos, a Corte Regional, com base nas provas dos autos, expressamente ressalva a não ocorrência de subordinação jurídica à hipótese, frisando: **"Destarte, o conjunto probatório, em especial a instrução processual valida o conteúdo material do contrato comercial que a Reclamante firmou com a empresa e a natureza autônoma da prestação de serviços, pois a Autora não só agia com total liberdade, sendo senhora de si mesmo e de sua própria agenda, como também, assumia os riscos da sua atividade empreendedora, eis que deixaria de receber caso suas revendedoras deixassem de vender."** (fl. 688).

Diante de tal conclusão, para se chegar a entendimento contrário necessário seria o reexame de fatos e provas, procedimento defeso neste momento processual, de acordo com a Súmula nº 126 desta Corte.

Assim, partindo desse prisma (ausência de subordinação jurídica e assunção dos riscos de sua atividade), não se justifica a denúncia de violação dos artigos 2º e 3º da CLT.



**PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191**

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte, envolvendo a questão do não reconhecimento de vínculo da executiva de vendas e a empresa Avon:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO - EXECUTIVA DE VENDAS - AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA E PESSOALIDADE - SÚMULA Nº 126 DO TST - Na hipótese dos autos, com apoio no contexto fático probatório, notadamente o depoimento pessoal da reclamante, as declarações das testemunhas e os documentos juntados aos autos, o Tribunal Regional concluiu pela inexistência de vínculo empregatício entre as partes no período em que a autora era executiva de vendas, tendo em vista a ausência de subordinação jurídica e de pessoalidade. Como o recurso de revista não se presta a reexaminar o conjunto fático-probatório produzido nos autos, o apelo encontra óbice, nos termos da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento desprovido (AIRR - 280-92.2012.5.04.0331 , Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 12/8/2015, 7ª Turma, DEJT 14/8/2015)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. EXECUTIVA DE VENDAS. AVON. DESCARACTERIZAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 126. Hipótese em que a Corte Regional, ao afastar a existência de vínculo de emprego entre as partes, fundamentou-se no conjunto fático-probatório constante dos autos. Conclusão em sentido contrário demandaria o reexame da prova, o que é vedado neste momento processual, nos termos da Súmula nº 126. Recurso de revista não conhecido. (RR - 68400-07.2013.5.17.0004 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 13/8/2014, 5ª Turma, DEJT 22/8/2014)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. VÍNCULO DE EMPREGO. EXECUTIVA DE VENDAS DA AVON. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO E PESSOALIDADE. DESPROVIMENTO. Diante do óbice das Súmulas 23 e 126 do c. TST, e da ausência de violação dos dispositivos indicados, deve ser mantido o r. despacho. Agravo de instrumento desprovido. (AIRR - 831-25.2011.5.11.0004 , Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 17/4/2013, 6ª Turma, DEJT 19/4/2013)

Além disso, não socorrem a autora os arestos colacionados, nitidamente inespecíficos, nos termos da Súmula 296, I, do TST, pois não consideram as particularidades descritas pela Corte





**PROCESSO Nº TST-RR-17600-93.2013.5.17.0191**

Regional, notadamente aquela de que não foi comprovada a prestação de trabalho com subordinação jurídica, nos termos do artigo 3º da CLT.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso de revista.

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, não conhecer do recurso de revista.

Brasília, 9 de Dezembro de 2015.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**ALEXANDRE AGRA BELMONTE**

**Ministro Relator**

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 1001119551096AB4DC.